

**O AUMENTO DO NÍVEL MÉDIO DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO EMPREGADA ESTÁ-SE A FAZER À CUSTA DA EXCLUSÃO DOS TRABALHADORES DE BAIXA ESCOLARIDADE QUE SÃO OS MAIS ATINGIDOS PELO DESEMPREGO, E O GOVERNO DESINVESTE NA EDUCAÇÃO**

**RESUMO DESTE ESTUDO**

O sistema de ensino em Portugal continua a não corresponder às necessidades de desenvolvimento, e também não criou condições que ajudassem o País a enfrentar a crise actual. Segundo a OCDE, em 2008, portanto 33 anos depois do 25 de Abril, em Portugal 72% da população portuguesa tinha apenas o ensino básico ou menos, quando a média dos países da OCDE era de 29%, ou seja, 2,4 vezes menos. E, entre 2008 e 2010, a situação não melhorou pois, segundo o INE, no fim do 1º semestre de 2010, a população com o ensino básico ou menos representava 73% da população total considerada nas Estatísticas do Emprego por níveis de escolaridade.

Uma outra distorção que se verifica em Portugal, segundo a OCDE, é a da percentagem da população com o nível de escolaridade correspondente ao secundário ser praticamente igual à percentagem da população com o ensino superior, quando a média nos países da OCDE é da primeira ser muito superior à segunda. Em 2008, segundo a OCDE, em Portugal a percentagem de população com o ensino secundário era apenas 14% da população total, enquanto a média nos países da OCDE atingia 44%; e a com ensino superior era, em Portugal, 14%, quando a média nos países da OCDE era de 28%. E entre 2008 e 2010, a situação não melhorou muito pois apesar de no fim do 1º semestre deste ano, segundo o INE, a população com um nível de escolaridade correspondente ao secundário ser 15% da total, e a com o ensino superior 12%, o universo considerado pelo INE é inferior ao da OCDE, e pode estar aí a razão da diferença verificada. A nível da população empregada também se verifica idêntica distorção, já que a diferença é apenas de um ponto percentual (1º semestre 2010: com o secundário: 17,9%; com o superior: 16,8%):

Enquanto se verifica a manutenção do baixíssimo nível de escolaridade da população total portuguesa, em relação à população empregada está-se a registar uma dramática alteração que tem passado despercebida a nível da opinião pública.

Entre 1º Trimestre de 2005 e o 1º Trimestre de 2008, portanto em três anos, a população empregada com o ensino básico ou menos passou de 72,4% do total para 70,3%, ou seja, diminuiu em apenas 2,1 pontos percentuais, enquanto entre o 1º trimestre de 2008 e o 1º trimestre de 2010, ou seja, em dois anos, baixou de 70,3% para 66,1%, portanto baixou em 4,2 pontos percentuais, isto é, o dobro do verificado nos três anos anteriores. Se analisarmos a variação do emprego em Portugal após o início da crise de 2008 por níveis de escolaridade chegamos à seguinte conclusão: Entre o 1º Trimestre de 2008 e o 2º Trimestre de 2010, o emprego em Portugal diminuiu em 199,4 mil postos de trabalho, pois passou de 5.191 mil para 4.991,6 mil segundo o INE. Mas isso foi conseguido apenas à custa da redução de 392,5 mil empregos ocupados por trabalhadores com o ensino básico ou menos. Durante o mesmo período, segundo o INE, o número de trabalhadores empregados com o ensino secundário aumentou em 115,6 mil, e o número de trabalhadores com o ensino superior cresceu em 77,5 mil. É evidente que o aumento do nível de escolaridade da população empregada está-se a fazer à custa do despedimento de centenas de milhares de trabalhadores com o ensino básico ou menos que são atirados, desta forma, ou para o desemprego de longa duração ficando assim praticamente excluídos do mercado de trabalho, ou então empurrados para a reforma prematura.

Apesar do baixo nível de escolaridade da população portuguesa o governo continua a desinvestir na educação. A partir de 2009, o orçamento comparável do Ministério da Educação tem diminuído continuamente pois passou, entre 2009 e 2011, de 6.877 milhões € para 5.650 milhões €, ou seja, sofreu um corte de 1.227 milhões € em apenas dois anos. Em valores nominais e comparáveis, o orçamento atribuído ao Ministério da Educação para 2011 (5.650 milhões €) é já inferior ao de 2005 (5.693 milhões €). Em termos reais, ou seja, eliminado o efeito do aumento de preços, o orçamento do Ministério da Educação de 2011 é inferior ao de 2005 em 664 milhões € a preços de 2005. É claro o crescente desinvestimento na educação em Portugal, apesar da gravidade do baixo nível de escolaridade da população portuguesa, e apesar da própria OCDE ter aconselhado Portugal a investir na educação, e não desinvestir como se está a fazer.

O governo tem procurado branquear a situação a nível das estatísticas por meio da distribuição de milhares de certificados do 9º ano e do 12º ano a adultos. Só em 2009, e de acordo com o Relatório de execução do POPH desse ano, que é o programa comunitário que financia as "Novas Oportunidades", foram distribuídos 53.890 certificados do 3º ciclo básico e 22.958 do 12º ano a adultos (pág. 113 do Relatório).

O sistema de ensino em Portugal continua a não corresponder às necessidades de desenvolvimento do País, e também não ajuda a enfrentar a crise. A prova disso está o baixíssimo nível de escolaridade actual da população portuguesa, e a lentidão que se está a verificar no seu aumento como revelam os dados divulgados pela OCDE e pelo INE do quadro seguinte.

**Quadro 1 – Nível de escolaridade da população portuguesa e dos países da OCDE**

ANOS	Percentagem da população por níveis de escolaridade					
	Básico		Secundário		Superior	
	Portugal	Média OCDE	Portugal	Média OCDE	Portugal	Média OCDE
1998	82%	37%	10%	42%	8%	21%
1999	81%	37%	10%	42%	9%	21%
2000	81%	36%	11%	42%	9%	22%
2001	80%	35%	11%	43%	9%	23%
2002	79%	34%	11%	44%	9%	23%
2003	77%	33%	12%	44%	11%	24%
2004	75%	32%	13%	44%	13%	26%
2005	74%	31%	14%	44%	13%	26%
2006	72%	30%	14%	44%	13%	27%
2007	73%	30%	14%	44%	14%	27%
2008	72%	29%	14%	44%	14%	28%
2009	73%		15%		11%	
2010(1ºSemestre)	73%		15%		12%	
<b>1998-2008</b>	<b>-10 p.p.</b>	<b>-8 p.p.</b>	<b>+4 p.p.</b>	<b>+2 p.p.</b>	<b>+6 p.p.</b>	<b>+7 p.p.</b>

FONTE : 1998-2008: Education at a glance – 2010 -OCDE; 2009 e 2010: Estatísticas do Emprego INE

Entre 1998 e 2008, portanto num período de 10 anos, a percentagem da população portuguesa com o ensino básico ou menos, desceu de 82% para apenas 72%, um valor que é 2,5 vezes superior à média dos países da OCDE, em que a população com o ensino básico ou menos representava em 2008, em média, apenas 29% da população total. E esta situação não melhorou depois de 2008 como revelam os dados das Estatísticas de Emprego do INE, já que a população portuguesa com o ensino básico ou menos, no fim do 2º semestre de 2010, representava 73% da população total considerada pelo INE.

Uma grave distorção que se verifica em Portugal em relação ao nível de escolaridade da população total quando comparamos com a da generalidade dos países da OCDE, é a de que a percentagem da população com o nível secundário de escolaridade, fundamental em qualquer processo de desenvolvimento, em 2008, representava apenas 14% da população total, ou seja, menos de um terço da média dos países da OCDE (44%), sendo igual à população com o ensino superior (14%). Como revelam os dados da OCDE, Portugal está ainda em 2008 estava a “produzir” anualmente quase tantos licenciados como o número daqueles que conseguiram terminar o 12º ano com êxito, o que tem profundas e graves consequências no processo de desenvolvimento, porque é a população com este nível de escolaridade que tem necessariamente uma participação mais maciça em todos os países desenvolvidos. E depois de 2008, a situação não se alterou significativamente como revelam os dados do INE.

#### **O AUMENTO DA ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO EMPREGADA ESTÁ-SE A FAZER À CUSTA DA EXCLUSÃO CRESCENTE DOS TRABALHADORES COM O ENSINO BÁSICO**

O aumento do nível médio de escolaridade da população empregada portuguesa acelerou-se muito após o início da crise de 2008, devido fundamentalmente ao despedimento maciço (exclusão) dos trabalhadores com o ensino básico ou menos do direito ao trabalho, como revelam os dados do INE constantes do quadro seguinte.

**Quadro 2 – Nível de escolaridade da população empregada portuguesa – 2005/2010**

SEGMENTOS	1º Trim. 2005	1º Trim. 2007	1º Trim. 2008	1º Trim. 2009	1º Trim. 2010	2º Trim. 2010
População Empregada -Mil	5.094,4	5.135,7	5.191,0	5.099,1	5.008,7	4.991,6
Até ao 3º ciclo básico - Mil	3.687,7	3.625,1	3.648,7	3.476,4	3.312,8	3.256,2
Secundário - Mil	728,1	774,6	779,6	817,1	866,3	895,2
Superior - Mil	678,7	735,9	762,7	805,5	829,6	840,2
<b>Até ao 3º ciclo básico - %</b>	<b>72,4%</b>	<b>70,6%</b>	<b>70,3%</b>	<b>68,2%</b>	<b>66,1%</b>	<b>65,2%</b>
<b>Secundário - %</b>	<b>14,3%</b>	<b>15,1%</b>	<b>15,0%</b>	<b>16,0%</b>	<b>17,3%</b>	<b>17,9%</b>
<b>Superior - %</b>	<b>13,3%</b>	<b>14,3%</b>	<b>14,7%</b>	<b>15,8%</b>	<b>16,6%</b>	<b>16,8%</b>

FONTE : Estatísticas do Emprego -INE

Entre 1º Trimestre de 2005 e o 1º Trimestre de 2008, portanto em três anos, a população empregada como ensino básico ou menos passou de 72,4% da população empregada total para 70,3%, ou seja, diminuiu somente em 2,1 pontos percentuais, enquanto entre o 1º trimestre de 2008 e o 1º trimestre de 2010, ou seja, em dois anos, baixou de 70,3% para 66,1%, portanto diminuiu em 4,2 pontos percentuais, i.é., o dobro do verificado nos três anos anteriores. E em apenas num trimestre (1º Trimestre-2010/2º Trimestre-2010) baixou 0,9 pontos percentuais, ou seja, mais do que num ano do período 2005-2008. Portanto, a aceleração desta tendência após o início da crise é clara em Portugal.

A nível da população empregada, tal como se verifica em relação à população total, a percentagem de trabalhadores com o ensino secundário é pouco superior à percentagem com o ensino superior (diferença de apenas 1 ponto percentual), situação esta bastante diferente da que se verifica nos países da OCDE, em que a população com nível de escolaridade correspondente ao ensino secundário é muito superior à com o nível de escolaridade superior. Esta é uma outra fragilidade estrutural portuguesa, o que constitui um importante obstáculo ao qualquer processo de desenvolvimento, e é também mais um obstáculo importante à saída da crise actual.

Se analisarmos a variação do emprego em Portugal após o início da crise por níveis de escolaridade chegamos à seguinte conclusão dramática: - Entre o 1º Trimestre de 2008 e o 2º Trimestre de 2010, o emprego em Portugal diminuiu em 199,4 mil postos de trabalho, pois passou de 5.191 mil para 4.991,6 mil segundo o INE. No entanto, isso foi conseguido apenas à custa da redução de 392,5 mil empregos ocupados por trabalhadores com o ensino básico ou menos. Durante o mesmo período, o número de trabalhadores empregados com o ensino secundário aumentou em 115,6 mil, e o número de trabalhadores com o ensino superior cresceu em 77,5 mil. É evidente que o aumento do nível de escolaridade da população empregada está-se a fazer à custa apenas do despedimento e exclusão de centenas de milhares de trabalhadores com o ensino básico ou menos que são atirados, desta forma, ou para o desemprego de longa duração ficando assim praticamente excluídos do mercado de trabalho, e do direito a um emprego, ou então empurrados para a reforma prematura.

#### **APESAR DA GRAVIDADE DA SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL O GOVERNO ESTÁ A DESINVESTIR FORTEMENTE NA EDUCAÇÃO**

O quadro seguinte construído com os dados constantes dos Relatórios do Orçamento do Estado referentes aos anos 2005-2011 revela um contínuo desinvestimento no Ministério da Educação.

**Quadro 3 – Orçamento do Ministério da Educação**

<b>ANOS</b>	<b>DESPESAS DE FUNCIONAMENTO</b> Milhões €	<b>DESPESA TOTAL</b> Milhões €	<b>DESPESA TOTAL COMPARÁVEL</b> Milhões €
2005	5.554	<b>5.693</b>	<b>5693</b>
2006	5.812	<b>6.099</b>	<b>6.099</b>
2007	5.531	<b>5.842</b>	<b>5.842</b>
2008	5.545	<b>6.218</b>	<b>6.218</b>
2009	5.652	<b>7.216</b>	<b>6.877</b>
2010	5.801	<b>7.194</b>	<b>6.498</b>
2011	5.146	<b>6.391</b>	<b>5.650</b>
<b>2011 (a preços de 2005)</b>	<b>4.580</b>	<b>5.688</b>	<b>5.029</b>
<b>2011-2005 (preços 2005)</b>	<b>-974</b>	<b>-5</b>	<b>-664</b>

FONTE : Relatórios do Orçamento do Estado

A partir de 2009 verifica-se uma clara diminuição, mesmo em valores nominais, do orçamento do Ministério da Educação, mas essa quebra ainda se torna mais clara se se tiver presente as alterações metodológicas que o governo introduziu na elaboração do Orçamento do Estado.

Em 2009, os serviços integrados da Administração Pública foram obrigados a começar a descontar para a CGA o correspondente a 7,5% das remunerações pagas (339 milhões €); em 2010, essa contribuição obrigatória aumentou para 15% (696 milhões €); e, em 2011, para além dos 15% para a CGA foram adicionados mais 2,5% para a ADSE (741 milhões €). Portanto, se deduzirmos no orçamento do Ministério da Educação este acréscimo de contribuições verificadas em 2009, 2010, e 2011, que até 2008 (inclusive) eram transferidas directamente para a CGA e ADSE pelo Ministério das Finanças, e que depois começaram a ser pagas também através do orçamento do Ministério da Educação, obtemos aquilo que designamos por “Despesa Total Comparável” (última coluna à direita do Quadro 3), pois só assim é que os valores são comparáveis com os do período 2005-2008 do quadro.

A conclusão imediata que se tira é que o valor nominal constante do OE2011 (5.650 milhões €), é já inferior ao de 2005 (5.693 milhões €). E se deflacionarmos o valor de 2011, utilizando para isso a taxa do aumento dos preços verificada entre 2005 e 2011, o valor de 2011 (5.029 milhões €) é inferior ao de 2005 (5.693 milhões €), em 664 milhões € a preços de 2005. É evidente o desinvestimento que se está a verificar na educação em Portugal apesar da gravidade da situação, e dos pareceres dos organismos internacionais, incluindo OCDE, de que a educação é um sector que Portugal devia investir, e não desinvestir como está a fazer.

O governo tem procurado atenuar os efeitos negativos do desinvestimento claro na educação, pelo menos a nível de estatísticas, através dos fundos comunitários, nomeadamente POPH, em particular do programa “Novas Oportunidades”. No período 2007-Set2010, as verbas utilizadas com tal fim atingiram (cursos de formação educação para jovens) cerca de 210 milhões € (em média cerca de 50 milhões €/ano), mas, como é evidente, as “Novas Oportunidades” não substituem o sistema oficial de educação, até pela falta de qualidade destas. A distribuição de milhares de certificados do 12º ano a adultos (só em 2009, foram 22.958) visa fundamentalmente branquear as estatísticas profundamente negativas, já que não está a ter efeitos a nível de empregabilidade como os poucos estudos de avaliação realizados têm revelado. O que está mais próximo são os cursos profissionais para jovens em que, durante o mesmo período, foram gastos 401,3 milhões € (cerca de 100 milhões €/ano) mas estes estão-se a transformar, gradual e infelizmente, num reservatório para os alunos que não conseguem obter sucesso escolar no sistema oficial de educação, devido também à crescente e generalizada falta de qualidade determinada pelo insuficiente investimento realizado nestes cursos.

#### **PORTUGAL CONTINUA A GASTAR NO ENSINO MUITO MENOS DO QUE A MÉDIA DOS PAÍSES DA OCDE E DA UNIÃO EUROPEIA**

O quadro seguinte, construído com dados da publicação da OCDE divulgada este ano – “Education at a glance: 2010” –, revela que Portugal continua a gastar por estudante menos que a média dos países da OCDE e da União Europeia.

**Quadro 4 – Despesas por aluno USD PPP em Portugal e nos países da OCDE e da U.E.**

<b>PAÍSES</b>	<b>Básico</b>	<b>Secundário</b>	<b>Superior</b>	<b>Todos os níveis</b>
<b>Portugal</b>	5.011	6.833	10.398	6.677
<b>OCDE</b>	6.741	8.267	12.907	8.216
<b>União Europeia (19 países)</b>	6.752	8.346	12.084	8.013
<b>OCDE/Portugal</b>	<b>34,5%</b>	<b>21,0%</b>	<b>24,1%</b>	<b>23,0%</b>
<b>UE19/Portugal</b>	<b>34,7%</b>	<b>22,1%</b>	<b>16,2%</b>	<b>20,0%</b>

**FONTE: Education at a Glance 2010 - OCDE**

Portugal continua a gastar por estudante, em todos os níveis de ensino, menos 23% que a média dos países da OCDE, e menos 20% do que a média dos países da União Europeia.

Mas a diferença em euros é muito maior, já que os valores divulgados pela OCDE têm como base dólares americanos em Paridade Poder de Compra, portanto em que se eliminou o efeito de diferenças de preços existente entre os diversos países, o que faz aproximar significativamente os valores de Portugal dos valores dos países mais desenvolvidos. E apesar disso, um sector em que o governo de Sócrates decidiu desinvestir fortemente em 2011, para reduzir o défice orçamental, foi o da Educação mais atingido, o que só pode agravar ainda a situação portuguesa neste campo.

**Eugénio Rosa**  
Economista  
[edr2@netacbo.pt](mailto:edr2@netacbo.pt)  
2.11.2010